



### Projeto do IR Ecológico é aprovado na CCJ

Um dos projetos considerados prioritários pela Frente, o IR Ecológico, foi aprovado por unanimidade no dia 29 de agosto pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. O PL 5.974/05 do Senado Federal está agora para ser votado no plenário e com cinco requerimentos com pedido de urgência.

A proposta prevê estímulos fiscais para projetos ambientais, prevendo que pessoas físicas poderão deduzir até 80% do valor das doações e 60% dos patrocínios dirigidos a projetos ambientais previamente aprovados pelo poder público, até o limite de 6% do imposto de renda (IR) devido. No caso de pessoas jurídicas, poderão ser deduzidos até 40% do valor das doações e 30% dos patrocínios, respeitado o limite de 4% do IR. O deputado Sarney Filho, relator da proposta na CCJ, elogiou o projeto afirmando que ela irá contribuir para a defesa do meio ambiente.

O projeto contempla também incentivos para doações ao FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente), e abre a possibilidade de benefício para outros fundos públicos ambientais, desde que sejam habilitados pelo governo federal. Ressalte-se que a proposta não implica em aumento de renúncia fiscal, adaptando-se plenamente à legislação tributária em vigor, inclusive em relação aos limites de deduções possíveis.

### Frente pressiona para aprovar a PEC do Cerrado

Os parlamentares da Frente estão mobilizados para apressar a votação da PEC do Cerrado que está para ser votada no plenário da Câmara.

A PEC reconhece o Cerrado e a Caatinga como patrimônios nacionais. A coordenadora do Grupo de Trabalho Cerrado, deputada Jusmari Oliveira (PR-BA) e o deputado Pedro Wilson (PT-GO), lideram as mobilizações, junto com a Frente e as principais ONGs que atuam nessas regiões.

O deputado Rodrigo Rollemberg (PPS-DF) alertou que o bioma do Cerrado está passando por um desmatamento tão acelerado que os índices são bem superiores ao da Amazônia.

## Câmara vai plantar 12 mil árvores na Mata Atlântica



A partir de uma iniciativa da Frente Parlamentar Ambientalista a Câmara dos Deputados e a SOS Mata Atlântica, assinaram um convênio para neutralizar a emissão de gases poluentes produzidos pelo Parlamento.

**PÁGINA 3**



Crianças de Brasília entregaram carta ao presidente da Câmara Arlindo Chinaglia no Dia dos Animais.

**PÁGINA 4**

**Pacto para o desmatamento zero da Amazônia foi lançado em reunião da Frente**

**PÁGINA 7**

**Audiência discute processo de licitação sustentável para aquisição de madeira**

**PÁGINA 5**

## Projeto investe na gestão da água

A SOS Mata Atlântica, em parceria com a Coca-Cola Brasil, Brasal refrigerantes, ANA - Agência Nacional de Águas e Amigos do Futuro, lançou em Brasília, no dia 8 de novembro, a primeira etapa do programa Gestão Socioambiental da Água.

O projeto tem o apoio da Frente Parlamentar Ambientalista e pretende promover o uso sustentável do recurso natural, a mobilização dos moradores ribeirinhos e o desenvolvimento de ações locais de análise e monitoramento da qualidade da água em vinte bacias hidrográficas.

O Projeto Gestão Socioambiental da Água é um programa de educação ambiental e mobilização que utiliza o monitoramento da qualidade da água como instrumento de sensibilização e participação social.

O objetivo é sensibilizar, organizar e capacitar pessoas para a gestão integrada de recursos hídricos. Para tanto, serão utilizados kits para análise periódica da qualidade da água dos rios previamente escolhidos, além de atividades de conscientização, realizadas por meio de seminários e encontros técnicos que proporcionarão a aproximação das comunidades envolvidas, das empresas e usuários da água, dos representantes do setor público e dos responsáveis pela gestão da água.



Vice-presidente de Assuntos Governamentais da Coca-Cola, Jack Corrêa (E), dep. Rebecca Garcia (PP-AM) e Mario Mantovani

## EDITORIAL



## Frente Parlamentar: Missão cumprida

No início desta Legislatura, com o reconhecimento de que o mundo passa por uma grave crise ambiental, talvez a maior da história da humanidade, consideramos importante recriar a Frente Parlamentar Ambientalista. Nossa iniciativa foi prontamente acolhida por número significativo de Parlamentares, interessados em colocar a Agenda Ambiental na pauta do Legislativo. Hoje, já somam 302 os Deputados que fazem parte da Frente, das mais variadas orientações políticas e ideológicas

Durante os poucos meses de atuação da Frente Parlamentar Ambientalista, tivemos debates altamente produtivos. As mudanças climáticas e o aquecimento global, os grandes temas do momento, ocuparam parte significativa da nossa atenção. Questões diretamente associadas às mudanças climáticas também estiveram presentes, como a discussão sobre a matriz energética brasileira, incluindo fontes alternativas, biocombustíveis e a energia nuclear, e medidas para conter o desmatamento, maior contribuição brasileira para combater as emissões de gases de efeito estufa. Outros tópicos relevantes para o País foram tratados pela Frente, incluindo a recente reestruturação do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, a situação do Cerrado, dos recursos hídricos e das unidades de conservação, assim como a política nacional de resíduos

sólidos.

Nossas reuniões contaram sempre com número expressivo de parlamentares, de representantes de órgãos governamentais e do setor produtivo, assim como a participação da sociedade civil, por meio de uma ampla rede de organizações não-governamentais.

Para dar maior agilidade e eficácia aos trabalhos da Frente, constituíram-se grupos técnicos, que ficaram encarregados dos seguintes assuntos: água, energia renovável, resíduos, floresta, clima, educação ambiental, Cerrado/Caatinga e fauna.

Além das reuniões técnicas, a Frente promoveu e apoiou vários outros atos, entre os quais destacamos: a neutralização das emissões da Câmara dos Deputados; cerimônias em comemoração pelo Dia Mundial da Água e pelos 10 anos da Lei das Águas, pelo Dia dos Animais, com o lançamento da campanha “Para mim, os animais importam”, e pelo Dia Mundial do Meio Ambiente; protestos contra a retomada da construção de usinas nucleares; a realização da Marcha pela Floresta e a nacionalização da campanha “Por Um Bilhão de Árvores”; e o lançamento do Pacto Nacional pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento da Amazônia Brasileira.

Podemos dizer que os resultados alcançados foram altamente positivos e a Frente logrou seus objetivos.

### Sarney Filho

Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista

## Greenpeace protesta contra desmatamento

Manifestantes do Greenpeace, ONG ambientalista – fizeram no dia 21 de novembro, um protesto pacífico na Praça dos Três Poderes contra o aquecimento global provocado pelo desmatamento da Amazônia. O Greenpeace apresentou documentos aos integrantes da Frente Parlamentar Ambientalista, exigindo comprometimento do governo brasileiro pelo fim do desmata-

mento na Amazônia e propondo que o Brasil assumira responsabilidades mais eficazes na redução do aquecimento global.

Durante a manifestação, dezenas de balões pretos e brancos pintados com o símbolo do gás carbônico (CO<sub>2</sub>) ergueram uma pequena e urna cheia de cinzas da Floresta Nacional do Jamanxim - área protegida, no Pará, invadida e queimada ilegalmente.

## EXPEDIENTE

Coordenador-Geral: Dep. Sarney Filho (PV-MA)

Subcoordenadores: Deps. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)  
Evandro Milhomen (PCdoB-AP)

Secretário-Geral: Dep. Paes Landim (PMDB-PI)

Conselho Executivo: Dep. Fernando Gabeira (PV-RJ) e Flávio Dino (PCdoB-MA)

Conselho Consultivo: Mário Mantovani/SOS Mata Atlântica, André Lima/Instituto Socioambiental, Sérgio Bersseman/Instituto Pereira Passos e Fábio Feldman

Jornalista responsável: Eliana Lucena DRT/DF 3624192/92

Edição de textos: Tânia Rodrigues

Assessora da SOS Mata Atlântica: Lídia Parente

Fotos: Carlos Amaral; Jornal do Senado; Ag. Câmara

### Câmara dos Deputados:

Tel.: (61) 3215-5202 – Fax: (61) 3215-2202  
dep.sarneyfilho@camara.gov.br  
brasil@sosma.org.br

Este informativo visa divulgar as ações da Frente Parlamentar Ambientalista.

Acesse o site:

www.frenteambientalista.com.br

# Plantio de árvores compensará emissão de carbono da Câmara

O primeiro parlamento carbono neutro do mundo será a Câmara dos Deputados que assinou convênio com a SOS Mata Atlântica para plantar 12 mil mudas de árvores para compensar as emissões de carbono que são produzidos pelas atividades do dia a dia na Casa. A iniciativa do convênio partiu da Frente Parlamentar Ambientalista, coordenada por Sarney Filho e da ONG, representada pelo diretor Mário Mantovani. A SOS será responsável por plantar e manter as mudas das espécies nativas.

”Nós vamos acompanhar como está sendo o crescimento dessas árvores por 5 anos, passar por auditorias e fazer com que todos os outros segmentos da sociedade também possam seguir o mesmo exemplo”, explicou Mantovani.

O trabalho de contabilizar as emissões no período 2005/2006 foi feito pela Max Ambiental que já desenvolveu trabalhos semelhantes para empresas que estão comprometidas com a sustentabilidade no país.

Na cerimônia de assinatura do convênio, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia ressaltou o pioneirismo da iniciativa. Ele disse acreditar que a ação reforça a autoridade do Legislativo para cobrar de agentes poluidores a redução dos níveis de poluição e de outros órgãos públicos medidas mais eficazes de fiscalização.

## Decisão corajosa

Representando o deputado Sarney Filho, o coordenador do Grupo de Trabalho Clima, Rocha Loures, elogiou a decisão “corajosa e inovadora” da Câmara dos Deputados de decidir neutralizar as emissões de carbono que contribuem para agravar o efeito estufa.

Estiveram presentes à cerimônia o presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, Eduardo Gomes, o deputado Luiz Carreira, coordenador do GT Flo-



Chinaglia e Mantovani assinam convênio em cerimônia na Câmara dos Deputados

resta da Frente e a deputada Vanessa Grazziotin, presidente da Comissão da Amazônia, entre outros parlamentares.

Chinaglia defendeu maior fiscalização do poder público como mecanismo para reduzir as emissões de carbono e a poluição ambiental de forma geral. Ele afirmou que, além da fiscalização, o poder público também deve desenvolver iniciativas que sirvam de exemplo para a sociedade.

O presidente citou como exemplo o Programa Ecocâmara e o mapeamento hidrográfico brasileiro - duas iniciativas da Câmara dos Deputados. A proposta do mapeamento hidrográfico foi apresentada pelo presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, Eduardo Gomes (PSDB-TO).

O objetivo é fazer um levantamento dos rios e mananciais de água do País para identificar áreas de risco ambiental e experiências de manejo sustentável bem-sucedidas. Chinaglia lembrou que a ação ainda está em fase inicial, mas já recebeu o apoio da Unesco.

## Câmara vai cumprir metas

Após o levantamento realizado pela Max Ambiental, a Câmara se propôs a cumprir as seguintes metas para reduzir suas emissões de carbono:

- Plantio de 12 mil árvores
- Redução de 10% do consumo de energia por ano
- Redução de 10% no consumo de gasolina por ano
- Redução de 10% de viagens oficiais por ano
- Substituição gradual de diesel por biodiesel na sua frota pesada por ano
- Substituição total do diesel por biodiesel nos geradores de energia

A neutralização de carbono consiste em plantar uma quantidade de árvores capaz de retirar da atmosfera a quantidade de CO<sub>2</sub> equivalente ao total ou parte das emissões de carbono geradas por um cidadão, por uma empresa ou uma instituição qualquer. Essa atitude, também ajuda a recuperar áreas verdes.

## Relançado o programa de voluntariado ambiental Ecocamarada

O Núcleo de Gestão Ambiental EcoCâmara lançou no dia 27 de setembro o Ecocamaradas, programa de voluntariado de gestão ambiental.

O Ecocamaradas foi concebido para dar condições de os servidores e funcionários intervirem no processo de construção de um modelo de administração voltada para a sustentabilidade e conservação do Planeta.

A novidade da nova edição do programa traz a parceria da Câmara com a Fundação SOS Pró-Mata Atlântica, entidade que contribuirá com seu conhecimento na prática de cooptação e treinamento de voluntariado, bem como no oferecimento de cursos de capacitação sobre temas ambientais.

Todos os candidatos ao voluntariado receberão treinamento, onde serão aprofundadas noções de utilização de água, energia

e papel, questões específicas da Câmara, e também informações sobre o aquecimento global.

### Pólo de Excelência

Segundo o Diretor-Geral da Casa, Sérgio Sampaio, os voluntários poderão atuar nas dez áreas temáticas que compõem o EcoCâmara e dessa forma participarão de forma mais ativa da proposta de tornar a Instituição um pólo de excelência em gestão ambiental. Sérgio Sampaio acrescentou que a Câmara já é modelo em várias práticas ambientais, mas, para superar novos desafios, é necessário que todos estejam envolvidos.

Os interessados em se tornar voluntários no programa podem se inscrever pela Intranet <http://www2.camara.gov.br/programas/ecocamarada> <http://intranet2.camara.gov.br/internet/programas/ecocamarada> ou pelo telefone 61 – 3216-2169

## Talmir quer solução para famílias que vivem em lixões



Talmir discutiu os problemas causados pelos lixões

A situação de milhares de famílias que são forçadas a buscar nos lixões os meios de sobrevivência foi discutida em audiência pública no dia 8 de novembro. O requerimento solicitando o debate foi do deputado Dr. Talmir (PV-SP), membro do Grupo de Trabalho de Resíduos.

Segundo Dr. Talmir, os lixões contaminam os lençóis freáticos, espalham doenças, embora sustentem milhares de famílias em todo o Brasil. “Os dados estatísticos nos mostram que 76% do lixo produzido no Brasil vão para os lixões, enquanto apenas 13% vão para os aterros sanitários controlados e 10% para aterros sanitários sem controle e apenas 1% passa por processos de compostagem, reciclagem ou incineração. Além da poluição visual, da contaminação do solo, de rios e águas subterrâneas (caso os resíduos alcancem o lençol freático), nos lixões proliferam parasitas causadores de doenças, além da degradação humana dessas pessoas que sobrevivem dos lixões”, explicou o deputado.

De acordo com o secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Leodegar da Cunha Tiscoski, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estão previstos R\$ 50 milhões para tratamento de resíduos sólidos, além de R\$ 300 milhões para financiamento de aterros sanitários com recursos do FGTS. A gerente de Resíduos Sólidos do Ministério das Cidades, Nadja Limeira de Araújo, informou que, em 2003, foi criado o Comitê Interministerial para tratar de resíduos sólidos, composto por 11 ministérios, para desenvolver e articular ações que promovam a emancipação social e financeira dos catadores e identificar as necessidades da categoria.

### Seminário

Com o apoio da Frente, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara realizou seminário para discutir a situação dos resíduos sólidos, a partir de requerimento do coordenador do GT Resíduos o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP).

A iniciativa, de acordo com o deputado, teve a finalidade de apresentar modelos bem sucedidos de gestão e gerenciamento de resíduos no Brasil e Exterior.

## Tripoli quer votar leis de proteção à fauna

Designado para coordenar o GT de Fauna da Frente Parlamentar Ambientalista, o deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP) assumiu a tarefa de levantar, com o apoio de deputados e ONGs, todos os projetos de lei relativos à fauna em tramitação no Congresso e indicar as propostas que devem ser votados com prioridade.

“Vamos fazer uma varredura e verificar as matérias ligadas ao tema apresentadas ao Congresso nesta legislatura”, afirma Tripoli. Já foram realizadas reuniões com os representantes de ONGs que integram o GT de Fauna, entre elas a Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA – World Society for the Protection of Animals), para a proposição de audiências públicas e de outras ações para sensibilizar os parlamentares e a opinião pública.

Um exemplo desta articulação foi a organização do Dia Mundial dos Animais, proposto pela WSPA e Fundação SOS Mata Atlântica. Na ocasião, Tripoli ressaltou a importância da pressão popular junto aos três Poderes.

“Eventos como este representam um instrumento exemplar de cidadania para estimular o processo legislativo”, afirmou Tripoli.

## Frente cria GT para tratar de questões urbanas

A Frente Ambientalista conta agora com mais um Grupo de Trabalho que vai tratar das questões urbanas, coordenado pelo deputado José Carlos Vieira (DEM-SC). O deputado é professor de Planejamento Urbano da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Vieira explicou que propôs a criação do GT porque pretende levar para a Frente a participação das ONGs e órgãos do Governo na discussão do novo Estatuto das Cidades

“Atualmente os médios e grandes municípios têm muita dificuldade na elaboração do planejamento urbano porque esbarram em problemas que existem na legislação atual”, disse o deputado, citando como exemplos a lei do Código Florestal, a de Parcelamento do Solo e a de Gerenciamento Costeiro, o deputado está convidando as ONGs a se integrarem nesse trabalho.

## Seminário discute energias alternativas



Mantovani e deputados Rocha Loures e Sarney Filho

O deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) coordenador do Grupo de Trabalho do Clima foi o autor da proposta para a realização do Seminário Consumo e Produção Sustentável de Energia Elétrica no Brasil, em conjunto com Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional e WWF – Brasil, realizado no dia 8 de novembro em Brasília.

O parlamentar defende que o potencial de fontes de energia renovável não convencional no território brasileiro precisa ser discutido no âmbito do Congresso, “para que seja dada sustentação às decisões políticas necessárias ao planejamento energético do país”.

Durante o Seminário a secretária nacional de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug, explicou que ao contrário do que afirma a Convenção das Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU) - que os países em desenvolvimento tendem a aumentar suas emissões de gases do efeito estufa, enquanto os desenvolvidos tendem a diminuir-las -, o governo brasileiro entende que o processo de desenvolvimento não precisa acontecer com dano ao meio ambiente, afirmou a secretária.

A secretária-geral do WWF-Brasil, Denise Hamú, defendeu a urgência de o governo planejar a matriz de energia elétrica e utilizar fontes alternativas para suprir a demanda do País.

## Audiência discute desmatamento e compra sustentável

Foi realizada no dia 06 de novembro uma audiência pública para debater o tema: Processo de Licitação Sustentável para a Aquisição Responsável da Madeira. O autor do requerimento, deputado Luiz Carreira (DEM-BA), coordenador do GT Floresta, informou que as comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional apresentaram emendas ao Orçamento de 2008 - no valor de R\$ 500 milhões, cada uma, para o combate ao desmatamento na Amazônia.

Os critérios de sustentabilidade nas compras públicas deverão ser adotados até o início do próximo ano, anunciou na reunião o diretor de Economia e Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente, Luiz Fernando Krieger Merico.

O MMA e os ministérios das Cidades e do Planejamento estão elaborando um decreto para regulamentar a Lei de Licitações (8.666/93) permitindo que o governo priorize a aquisição de produtos e serviços considerados “verdes”.

O encontro foi realizado na Câmara, com a participação de representantes da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), Conservação Internacional (CI/Brasil), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN); Preserve a Amazônia; SOS Mata Atlântica, Greenpeace, Rede de Ongs da Mata Atlântica (RMA), WWF Brasil.

### GT Floresta atuante

Os integrantes do GT Floresta, que estiveram reunidos no dia 20 de novembro para avaliar o andamento dos projetos prioritários fizeram um balanço positivo do trabalho. O encontro foi realizado na Câmara, na sala da presidência da Comissão de Meio Ambiente, com a participação de representantes da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), Conser-

vação Internacional (CI/Brasil), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN); Preserve a Amazônia; SOS Mata Atlântica, Greenpeace, Rede de Ongs da Mata Atlântica

## Em debate a sustentabilidade urbana

O Seminário Metrôpoles Sustentáveis: responsabilidades individuais e coletivas”, realizado no dia 8 de novembro, discutiu as políticas públicas do país voltadas para a sustentabilidade e a necessidade da aplicação de uma “educação ambiental”. nas cidades brasileiras. O evento surgiu a partir do requerimento do deputado José Paulo Tóffano (PV-SP) coordenador do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental.

“O conceito de sustentabilidade urbana consiste no desenvolvimento compatível com uma evolução harmoniosa da sociedade, promovendo um ambiente que conduza a uma coabitação compatível de grupos cultural e socialmente diversificados, encorajando a integração social com uma melhoria da qualidade de vida em todos os segmentos da população”, afirmou Tóffano.

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA), destacou a importância do evento para dar continuidade ao debate dos temas da Conferência das Cidades. O secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Hamilton Pereira, lançou durante o evento um kit de publicações do Programa Nacional de Educação Ambiental.

## Frente defende o rio Doce

No dia 21/11 a Frente Parlamentar em Defesa do Rio Doce, que tem como objetivos defender uma política de recuperação ambiental e estimular o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Doce. Composta por 30 parlamentares, a frente é coordenada pelo deputado Leonardo Monteiro (PT-MG). O movimento vai funcionar junto com a Frente Parlamentar Ambientalista, com o apoio do Grupo de Trabalho Água., coordenado pelo deputado Jorge Khoury (DEM – BA).

Segundo o deputado, a Frente quer contribuir para a redução de 90% do nível de poluentes da bacia até 2020. A Frente deverá ser porta-voz da região junto ao Ministério das Cidades.

colaboração Eng. Hamilton L. Guido - Grupo - Schincariol

## GESTÃO AMBIENTAL

Conscientes do nosso impacto na natureza, desenvolvemos diversos programas ambientais que viabilizam o crescimento econômico de forma sustentável. Em cada uma de nossas Unidades Fabris, o investimento em preservação ambiental acontece de maneira diferente, mas da forma que seja mais eficiente para a realidade e as necessidades locais.

Em vez de investir em ações para remediar danos já causados na natureza, nós prezamos pelo planejamento de cada uma das plantas industriais que construímos para que preservem o ambiente ao seu redor. Na Unidade de Cachoeiras do Macacu preservamos mais de 99% da área da empresa como Mata Atlântica, tendo construído apenas 0,27% da área total do imóvel para o parque industrial, interferindo o mínimo possível nesta importante reserva biológica do Brasil.

Fizemos o mesmo nas Unidades de Igrejinha e Recife, para preservar a Mata Atlântica. No Rio Grande do Sul preservamos e regeneramos 75% da área total da propriedade e em Pernambuco a área protegida foi ainda maior: 91%.

Além da Mata Atlântica, nossa preocupação no planejamento das novas plantas industriais também já se voltou para outra vegetação típica brasileira: o Cerrado. Na nossa Unidade de Alexânia, em Goiás, preservamos o Cerrado em 96,36% do parque industrial, edificando apenas 3,63% da área total do imóvel.

Além de apoiar diversos programas ambientais, como a Revista Movimento Ambiental, o programa de Educação Ambiental da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (RJ) e Instituto Baía da Guanabara, também desenvolvemos atividades educacionais com todas as pessoas

que visitam nossas Unidades Fabris. Nas visitas, demonstramos como são utilizados os recursos naturais, principalmente a água, desde o seu tratamento inicial até o final, com a preparação para devolver esses recursos despoluídos na natureza.

Outra ação de destaque é a revitalização de áreas de florestamento e matas ciliares. Em 2006 a Unidade de Igrejinha realizou o plantio de 13 mil mudas de árvores nativas, colaborando para a regeneração natural da vegetação em torno de todo o parque industrial. Esta ação nos possibilitou o reconhecimento público com um prêmio de Responsabilidade Ambiental.

Em São Paulo, a Unidade de Itu realizou o plantio de 6 mil mudas, para a recomposição da mata ciliar em mananciais situados em suas propriedades.

## Frente discute Pacto em Defesa do Clima com empresários



Presidente do CEBDS, Fernando Almeida, com parlamentares da Frente e Mario Mantovani

O Pacto de Ação em Defesa do Clima, proposto pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), foi apresentado, aos parlamentares da Frente Parlamentar Ambientalista, coordenada pelo deputado Sarney Filho (PV-MA). O Pacto, de acordo com o presidente da entidade, Fernando Almeida, visa a promover a adoção pelo Brasil, em curto prazo, de ações que, assegurando a continuidade do desenvolvimento econômico, contribuam para reduzir as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera.

Sarney Filho reforçou a importância da iniciativa dos empresários e afirmou que no encontro que teve recentemente com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Paulo Skaf, procurou deixar claro que os ambientalistas “não são contra o desenvolvimento do País e muito menos contra o desenvolvimento da energia sustentável”.

“Manifestei a Fiesp a nossa preocupação de que aquilo que temos hoje como grande diferencial - energia não fóssil, como é o caso dos biocombustíveis, que é menos nocivo ao meio ambiente - possa se tornar um grande problema no futuro”, afirmou o deputado. Ele alertou que na medida em que as pessoas perceberem que o etanol produzido no Brasil está servindo para o trabalho escravo e para o desmatamento da Amazônia, “poderosas forças internacionais poderão boicotar o nosso biocombustível”.

### “Legislativo deve sair na frente adotando boas práticas ambientais”

O coordenador da Frente, deputado Sarney Filho, abriu os trabalhos do 1º seminário de Boas Práticas Ambientais do Poder Legislativo, em Brasília, defendendo que “não basta ao Poder Legislativo exercer apenas suas competências constitucionais de legislar e fiscalizar, mas adotar procedimentos saudáveis que tenham por objetivo dar exemplo de boas práticas ambientais no âmbito da administração pública como um todo”.

Sarney Filho apresentou as dez áreas temáticas que resumem as principais atividades administrativas causadoras de impacto ambiental: Coleta Seletiva e Responsabilidade Social, Gestão Sustentável do Papel, Gestão de Resíduos Perigosos, Áreas Verdes e Proteção à Fauna, Novas Tecnologias Hídricas e Energéticas, Engenharia e Arquitetura Sustentável, Transporte Sustentável, Legislação Ambiental e Licitação Sustentável, Educação Ambiental e Comunicação Institucional.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente de Honra do Programa Senado Verde e membro da Frente, definiu a iniciativa

do seminário como uma importante ferramenta para mostrar e exemplificar aos demais órgãos públicos, ao empresariado e também à sociedade que é preciso que todos se envolvam no processo “da busca pelo desenvolvimento com sustentabilidade, mas com a preocupação também de construir um planeta melhor para todos e com a vida preservada”.



Senadora Serys e Sarney Filho falaram no seminário da Câmara

O presidente do CEBDS, Fernando Almeida, destacou a importância de um trabalho conjunto envolvendo os diferentes setores da sociedade para enfrentar as questões climáticas. “Na verdade, estamos em busca de alternativas para a nossa sobrevivência. Se não fizermos nada, a concentração dos gases que causam o efeito estufa estará completamente descontrolada”, alertou Almeida. A falta de iniciativas nesse sentido coloca em risco a reputação dos países, mas também do empresariado, daí a importância do Pacto firmado em janeiro em São Paulo pelos empresários, explicou.

“O desafio para o país é crescer, mas com base no desenvolvimento sustentável”, defendeu Fernando Almeida. Ele também cobrou do governo a participação dos empresários na Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas.

O diretor do SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, destacou a importância do esforço conjunto envolvendo empresários, Congresso Nacional e as ONGs para enfrentar o aquecimento do planeta. O representante do Greenpeace, João Alfredo, defendeu que o país precisa fixar metas para a redução das emissões que causam o efeito estufa e adiantou que países europeus já não estão comprando soja brasileira produzida em áreas novas desmatadas para o plantio.

Em nome da Frente, Sarney Filho entregou ao presidente do CEBDS sugestões para complementar as prioridades listadas no Pacto defendido pelos empresários, entre elas a de incluir o Cerrado como área onde o desmatamento deve ser suspenso para impedir a destruição desse bioma e diminuir as queimadas. O deputado Pedro Wilson (PT-GO) defendeu durante a reunião a necessidade de aprovação do projeto que reconhece as áreas de Cerrado e da Caatinga como biomas nacionais.

# ONGs mostram estratégias para redução do desmatamento na AM



*Apresentação do Relatório Três Estratégias Fundamentais para a Redução do Desmatamento – Câmara dos Deputados*

Em evento promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista, foi lançado por um grupo de instituições o relatório “Três Estratégias Fundamentais para a Redução do Desmatamento”. O trabalho propõe alternativas para a redução do desmatamento na região amazônica: o aumento da transparência, da disseminação e do uso efetivo dos dados de desmatamento por agências governamentais e pela sociedade civil; o desenvolvimento e implementação de mecanismos de mercados funcionais e confiáveis que proporcionem incentivos financeiros para conservação da floresta e o uso sustentável de seus recursos; e a contribuição no desenvolvimento de políticas públicas que “aumentem a escala” dos incentivos para conservação e uso sustentável da floresta.

O relatório é resultado das atividades desenvolvidas pelo IPAM, IMAZON, ICV, ISA, Aliança da Terra, Amigos da Terra, Programa Amazônia e The Woods Hole Research Center, com o apoio da Fundação Packard. Com a aplicação das propostas as entidades acreditam que será possível diminuir as queimadas e os desmatamentos na região, que são responsáveis por 75% dos gases do efeito estufa que o país lança na atmosfera.

## Pacto contra o desmatamento

O Pacto Nacional pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia, foi lançado em reunião da Frente. Neste encontro estiveram presentes as principais ONGs que atuam no país, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Frente Parlamentar Ambientalista.

A proposta estabelece metas anuais de redução da perda de floresta até o desmatamento ser zerado, em 2015, sendo permitidos apenas os usos tradicionais do bioma.

O diretor de Políticas Públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão, explicou que as entidades estão solicitando que o governo federal, os governos estaduais da região amazônica e a iniciativa privada se unam para alocar em torno de R\$ 1 bilhão por ano no Orçamento da União, durante sete anos. O objetivo é estruturar um programa de pagamento de serviços ambientais àqueles que conservam as florestas e para os produtores rurais que ainda têm necessidade de desmatar para desenvolver suas atividades.

Pela proposta, esses recursos formarão um fundo, a ser gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Um estudo econômico elaborado pelas ONGs propõe ainda a criação de um imposto incidente sobre atividades poluidoras e degradantes para financiar as ações previstas no pacto.

O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, participou do evento e garantiu que seu estado vai assinar o pacto pelo fim do desmatamento na Amazônia.

Além de intensificar o monitoramento para impedir desmatamentos ilegais, as ONGs defendem maior aproximação com os proprietários de terra na região com o objetivo recuperar áreas degradadas e ajudá-los a desenvolver atividades sustentáveis. A reunião com as ONGs foi organizada pelo Grupo de Trabalho Floresta, coordenado pelo deputado Luiz Carreira (DEM-BA).

Para o coordenador de pesquisa do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, Paulo Moutinho, não há uma opção única no processo de preservação da floresta. Ele citou os programas de manejo sustentável da floresta como um dos caminhos. O dirigente do Ipam citou a importância da floresta para o equilíbrio do regime de chuvas em todo o país e alertou que a região, nas últimas décadas, vem sofrendo com o avanço da agropecuária.

“Setenta por cento dos desmatamentos são feitos para a implantação de pastagens”, afirmou Moutinho. Ele explicou que no trabalho que a entidade desenvolve na Amazônia, está sendo realizado um cadastro de produtores interessados em investir em novas práticas de forma a compatibilizar produção com defesa do bioma. “Nós fizemos a avaliação sócio-ambiental das propriedades e depois vamos apresentar alternativas que possam colocar estes empresários em sintonia com o que o mercado internacional espera hoje dos produtos que adquire da Amazônia”, explicou. Neste trabalho o instituto também mostra como a reserva florestal pode ser recuperada.

O que se busca com as atividades descritas no relatório é dar continuidade ao fomento de abordagens inovadoras adicionais para reduzir o desmatamento. O relatório lista, inclusive, algumas das oportunidades emergentes para alcançar e consolidar reduções de desmatamento na Amazônia Brasileira durante os próximos anos, como, por exemplo, o apoio ao desenvolvimento e implementação de Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento, em articulação com o Plano do Governo Federal e Desenvolvimento de um fundo piloto para estimular o mercado de compensação florestal, através do comércio dos ativos e passivos florestais de reserva legal das propriedades.

## Mangabeira Unger defende AM

O secretário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, defendeu em reunião com a Frente Parlamentar Ambientalista, um modelo de desenvolvimento para os estados da Amazônia que se equilibre entre a posição daqueles que desejam manter a região “como um grande parque” e os que querem transformá-la “num Mato Grosso” (referência ao processo de desmatamento acelerado no estado). Mangabeira defendeu como base para um programa estratégico na região “combinar a dispersão demográfica com uma alta qualificação dessas populações para desenvolver programas como o do biocombustível”.

Mangabeira Unger esclareceu que a sua proposta para a Amazônia passa pelo zoneamento ecológico econômico, para identificar a vocação das diferentes áreas na região. “Mas eu rejeito que a gente tenha que optar pela Amazônia como um grande parque. Existe hoje um desnível, entre o fervor ambientalista e os que desejam ocupá-la de qualquer forma”, afirmou.



## Em defesa da araucária, símbolo da Mata Atlântica



Ameaçada de extinção, a floresta de araucárias, um ecossistema do bioma da Mata Atlântica, característico da região sul do Brasil e de algumas áreas da região Sudeste, a partir de 2002 passou a receber atenção do Ministério do Meio Ambiente e o apoio de ONGs, quando foram criados dois grupos de trabalho, Araucária e Araucária do Sul formados por técnicos da Universidade Federal de Santa Catarina, ONGs, Ministério do Meio Ambiente e coordenado pelo ambientalista e professor Paulo Nogueira Neto. A partir daí foram elaborados estudos e apresentadas propostas para preservar os remanescentes da floresta com araucárias indicando áreas para a criação de Unidades de Conservação.

O GT Araucárias Sul destacou a necessidade imediata de criação de novas Unidades de Conservação Federais, Estaduais, Municipais e Particulares e a criação de corredores ecológicos, com o objetivo de garantir a conexão e a manutenção do fluxo gênico entre os principais fragmentos. Os estudos de uma força tarefa apontaram para a criação de oito Unidades de Conservação nos dois estados estudados.

Em outubro de 2005 foram criadas no estado de Santa Catarina, a Estação Ecológica da Mata Preta e o Parque Nacional

das Araucárias e em março de 2006 foram criadas no estado do Paraná, a Reserva Biológica das Araucárias, a Reserva Biológica das Perobas, o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas e o Parque Nacional dos Campos Gerais.

Os responsáveis pelo trabalho reconhecem que ainda há muito trabalho a ser feito. As Unidades de Conservação criadas precisam ser implantadas, áreas que ainda não foram estudadas precisam de estudos para que outras UCs possam ser criadas. “O trabalho das ONGs precisa ser fortemente apoiado. Elas têm papel fundamental na luta pela Floresta com Araucárias, seja apoiando a realização de estudos nesse ecossistema, seja auxiliando na implantação das Unidades de Conservação”, afirmou a representante do TNC no Brasil, Ana Cristina Barros.

A araucária chega a viver até 700 anos, alcançando diâmetros de dois metros e altura de 50 metros. No sub-bosque da floresta ocorre uma complexa e grande variedade de espécies como a canela sassafrás, a imbuia, a erva-mate e o xaxim, algumas delas endêmicas. A qualidade da madeira, leve e sem falhas, fez com que a araucária fosse intensamente explorada, principalmente a partir do século XX. Calcula-se que entre 1930 e 1990, cerca de 100 milhões de pinheiros tenham sido derrubados. Nas décadas de 1950 a 1960, a madeira de araucária figurou no topo da lista das exportações brasileiras.

Nos últimos dois séculos, a expansão de atividades econômicas e das cidades reduziu a floresta com araucária a aproximadamente 3% de sua área original, sendo que menos de 1% dessas florestas podem ser consideradas primárias. Levantamentos feitos, em 2004, pelo PROBIO, no Paraná, registram que nesse estado existem apenas 0,8% de remanescentes em estágio avançado de regeneração, ou seja, que guardam as condições e características originais.

A Campanha Araucária - TNC, SPVS, MATER NATURA E REDE MATA ATLÂNTICA - [www.tnc.org.br](http://www.tnc.org.br)

## Deputado propõe que biodiesel se torne bem ambiental



Mendes Thame (D) quer biodiesel como um “bem ambiental”

O presidente da Subcomissão Permanente de Mudanças Climáticas, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e coordenador do GT Energias Renováveis e Biocombustível, deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), propôs ao representante do Ministério do Meio Ambiente da Inglaterra, Jed Jones, o apoio para que o biodiesel seja considerado um “bem ambiental”, dentro das negociações do comércio mundial.

Segundo o parlamentar, se os biocombustíveis estiverem na relação dos bem ambientais, não poderão ser taxados no comércio entre os países. “É importante criar um mercado internacional sem barreiras, para, aos poucos, substituir o petróleo pelos biocombustíveis”, afirmou Mendes Thame. Ele disse, no entanto, que antes de convencer os países europeus, é preciso motivar o Ministério das Relações Exteriores a colocar o tema na pauta de negociações.

A inclusão dos biocombustíveis na matriz energética mundial foi um dos temas do seminário internacional sobre Aquecimento Global. O evento foi promovido pela Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, em parceria com quatro comissões da Câmara e do Senado.